



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 2/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2013

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e treze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Luís Fernando Henriques Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Fróis Figueiredo e Silva. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Rui Miguel Costa e Silva, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Jacinto Madeira Correia, Maria Inês Pereira Maurício e Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se à substituição desta última. -----

----- Pelas quinze horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2013 referente à sessão ordinária de 23 de fevereiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----
----- Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira -----
----- Deputado António Jorge da Silva Madeira -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----
----- Deputado António José Rodrigues da costa -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas -----
----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----
----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----
----- Deputado Luis Fernando Henriques Santos -----
----- Deputada Anabela Costa Azenha -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que há um ano atrás apresentou nesta Assembleia uma recomendação para, por votação, ser feita uma doação das senhas de presença ao Centro de Educação Especial “O Ninho” com vista a candidatura que o Rotary Club de Rio Maior iria efetuar; também informou que iria ser realizado um evento, designado “Danças da Primavera”, no próximo de dez de maio para angariar fundos para o mesmo efeito, e para o qual convidou todos os presentes a comparecerem. -----

----- Continuou dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal, solicitando que, tendo sido realizadas obras de requalificação no mercado municipal e o primeiro andar transformado em espaço multiusos, lhe fosse esclarecido qual o plano de utilização e a respetiva dinamização prevista para esse espaço tal como em relação às lojas ali criadas. -----

----- Relativamente ao espaço multifunções onde se situará a loja do cidadão, que considera como inestético, questionou qual o plano e o prazo para a sua ocupação, não só para a loja do cidadão mas também para os restantes espaços do edifício. -----

----- Assinalou a agradável vista que proporciona todo o embelezamento feito no centro da cidade e realçou o exemplo de cidadania dos riomaiorenses respeitando os espaços jardins existentes. -----

----- Questionou ainda para quando está prevista, por este executivo, as obras de estabilização das margens da ribeira de S. Gregório conforme já foi orçamentado por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

dois anos, considerando-as necessárias pelo resultado das intervenções anteriores, designadamente a requalificação do jardim municipal. -----

----- Revelou ainda que ficou muito surpreendida quando chegou ao seu conhecimento que num espaço particular cedido para o efeito iria ser instalado, o que poderá ser chamado, o Museu Eugénia Lima. Considerou não ser aquele o lugar certo porque mesmo que se vá fazer o uso público do mesmo, a população, todos nós e os executivos das últimas décadas devem-lhe gratidão dado não se tratar de uma artista qualquer. Considerou ainda que não haverá desculpa para instalação em local privado porque, com toda a certeza, Rio Maior, e a autarquia terá espaços devolutos e em condições para receber tamanho espólio. -----

----- Evidenciou ainda que o mesmo se poderia fazer em relação a todo o material do Senhor António Feliciano, que se dispôs a oferecer, por inúmeras vezes, parte das suas colecções, e que disponível estará para doar todo o seu acervo, se lhe garantirem que ficaria em boas mãos e num local digno. Afirmou que Rio Maior tem, e deve muito a António Feliciano. -----

----- Questionou, de seguida e a propósito, em que condições se encontra o espólio fotográfico de Luciano Rodrigues, que foi cedido para património municipal. -----

----- Por fim perguntou se a cobertura das ruínas romanas já foi reparada. Disse duvidar, só vendo. -----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à publicidade em plástico que continua a aparecer espontaneamente nas várias vias da cidade e do concelho. Relembrou que em tempo, numa anterior sessão, lhe foi respondido que nada havia a fazer, não obstante as tentativas, as pessoas continuavam a espalhá-la. Neste âmbito, informou que pelas celebrações do “Dia da Terra” o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros procedeu à limpeza de toda essa publicidade no percurso pedestre das Marinhas do Sal, desde a cidade até às Marinhas do Sal, e que foram recolhidos mais de uma centena e segundo a contagem feita existem postes com mais de trinta pregos, o que resulta em lixo que cai ao chão, e perante isto evidenciou que existe um regulamento que é para fazer cumprir. -----

----- Solicitou, por isso, uma resposta e ainda que seja dado conhecimento quer às juntas quer às associações, que querendo espalhar publicidade pelo menos ao colocar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

retirem os que lá se encontram numa demonstração de civismo. Disse ainda que verificando-se o abandono sistemático de publicidade, se faça cumprir o regulamento.-

----- **Deputado António Jorge da Silva Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara Municipal de Rio Maior referiu-se à Avenida de Portugal, em frente à paragem de autocarros, na primeira fase requalificação dessa mesma avenida. Disse que na altura mencionou que deveria ser colocada à volta da paragem, na parte de trás, uma fiada de tijolo para que as lamas não se acumulassem dentro da paragem ao que lhe foi respondido que a mesma seria ainda colocada. Salientou que a obra já foi dada como concluída mas que a dita fiada de tijolos ficou por colocar. Questionou, por isso, se não houve fiscalização da obra ou se houve esquecimento, referindo que tal como está, em dias de chuva, a paragem não pode ser utilizada por ninguém porque se forma uma poça de lama. -----

----- Dirigindo-se ao líder da bancada do Partido Socialista, embora ausente nesta sessão, acerca do seu discurso nas comemorações do 25 de abril disse que este esqueceu que se tratava de comemorações e não de campanha eleitoral. Disse que no dito discurso o Deputado António Moreira implorou por diversas vezes que votassem no Partido Socialista nas próximas eleições autárquicas. Questionou se o líder de bancada não sabe distinguir entre comemorações e campanha eleitoral e considerou que pelo visto não sabe, o que é muito mau. Afirmou ser um ato que repudia veementemente porque moralmente considera tratar-se um ato politicamente condenável e que nada traz de novo. Disse ainda que felizmente os riomaiorenses ainda vivem em liberdade. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar os parabéns duas entidades, a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, pela organização do excelente evento que foi o Grande Prémio de Marcha que se realizou no nosso concelho, no qual teve a oportunidade de participar na entrega de prémios. Salientou a inteligência e a leveza de ação que a Câmara Municipal e a Desmor conseguiram ter ao perceberem a dificuldade dos tempos e não retirando, de forma nenhuma, qualidade à prova saber fazê-la descer um nível na sua organização passando da chamada categoria A para a categoria B, deixando de estar integrada no circuito mundial para ser integrada no circuito europeu. Referiu que à partida poder-se-ia pensar que estamos a desistir e a condenar um evento mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

considerou que muito pelo contrário verificou-se que estiveram presentes dos melhores marchadores da atualidade, nomeadamente a campeã olímpica em título e o detentor da medalha de prata dos jogos olímpicos, o que representa a continuidade na aposta desta prova. Disse também que por aquilo que lhe foi informado houve um decréscimo de cinquenta por cento nesta prova. Evidenciou que, não só pela prova mas também pelo dia gerado à volta da mesma, a organização está de parabéns e saudou novamente a inteligência de conseguir manter grandes eventos com menor custo. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a sua intervenção se centrava naquilo que temos que contribuir para levar a diretiva quadro da água da União Europeia ao nosso Concelho e nesse âmbito questionou qual a situação presente da estação de tratamento de efluentes pecuários de Alcobertas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Agradeceu pela maneira como foi encarado o processo da Carta Educativa do Concelho que vem sendo executado há já vários anos, carta essa que apontava um centro educativo para Fráguas. Evidenciou que o visto do Tribunal de Contas foi moroso mas foi concedido e a obra já se encontra em fase de execução e disse pensar que a empresa escolhida tem a qualidade necessária para o efeito o que o deixa bastante satisfeito. Reforçou o agradecimento que pelo respeito e a coragem que o executivo demonstrou, mesmo sendo ele eleito por outra força política partidária, e estendeu esse mesmo agradecimento aos técnicos e funcionários empenhados nesta obra. Dirigiu ainda a o executivo, que nem sempre foi unânime na discussão desta decisão, em especial para a Presidente e para o Vice-Presidente da Câmara, os seus sinceros agradecimentos em nome da Freguesia das Fráguas. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se às Tasquinhas 2013 disse que estas decorreram de uma forma extremamente positiva e que os receios iniciais, devido à crise económica que perspectiva uma menor participação, se revelaram completamente infundados. Informou que as Tasquinhas atingiram este ano um record de afluência, sem grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

variação entre a semana e o fim-de-semana devido à boa iniciativa de não ser cobrada entradas durante a semana. Acrescentou que no que respeita aos intervenientes nas mesmas revelaram grande empenho e voluntarismo que se reflectiu na qualidade quer dos espaços que na qualidade gastronómica. -----

----- Mais disse que em paralelo decorreram outras atividades, em parceria com a Escola de Hotelaria das Caldas como mostras gastronómicas, provas de vinhos da nossa região e com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior que desenvolveu todo o espaço de animação noturno que considerou ser já uma referência no distrito. -----

----- Reforçou também que as Tasquinhas este ano atingiram a sustentabilidade financeira apresentado um saldo positivo afirmando que é possível fazer mais com menos recursos através de mais imaginação e mais competência. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou que ainda estamos nas comemorações do 25 de abril, marco luminoso da nossa história coletiva, e lembrou um poema que invoca tal data. Lamentou que o protocolo da Câmara Municipal não tivesse a fineza de explicar aos presentes nas comemorações a razão da ausência do Presidente da Assembleia Municipal e da Presidente da Câmara Municipal. Disse já ter tido a oportunidade de fazer chegar ao Chefe de Gabinete da Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal o pedido de que das próximas vezes o protocolo informe os presentes, que foram convidados pela Presidente da Câmara, os motivos da sua ausência que certamente foi justificada. -----

----- Seguidamente afirmou que a crise, em Rio Maior, está a tomar proporções gigantescas e na freguesia a que preside uma das empresas de excelência durante anos a fio, com mais de meia centena de trabalhadores, anunciou o despedimento de todos os trabalhadores exceto dois e foi para fora do país. Afirmou que perante esta realidade teremos que fazer mais qualquer coisa para além da denúncia e disse que o iriam fazer enquanto Junta de Freguesia de Asseiceira mas considerou ser tempo de fazer chegar aos nossos governantes que com esta política não irá haver qualquer avanço. Deu também conhecimento da segunda fase de lay off da Tecnovia, que cada dia que passa despede mais trabalhadores, por falta de trabalho correndo o risco, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

nível nacional, de ter que despedir mais de quatrocentos trabalhadores, sendo que cinquenta deles são no concelho de Rio Maior. -----

----- Referiu depois que no passado mês de outubro o Senhor Vereador Nuno Malta enviou um documento para a sede do Partido Comunista Português em Lisboa, dizendo que havia dois placards, um na rotunda do Pavilhão Multiusos e outro na rotunda do Bombeiro, que punham em risco a segurança rodoviária. Continuou dizendo que o partido não entendeu se aquilo era uma missiva, se era um ofício, se era uma ordem e em que base é que se fazia e dirigiu-se ao Vereador e questionou o porquê do envio daquele documento para Lisboa dizendo-lhe que faria o favor de aguardar para ver os desenvolvimentos da situação, sendo que os pareceres que tem da Comissão Nacional de Eleições e do Tribunal Constitucional recomendam que nenhum regulamento é superior à lei e a jurisprudência diz que os placards que são propriedade do PCP são para serem colocados lá. Disse que não necessidade de criar conflitos por causa destes placards e mesmo que estivesse em risco a segurança era ao PCP e a sua Comissão Concelhia de Rio Maior que competia resolver o problema. Afirmou não querer colocar a situação no plano da dificuldade democrática e espera que isto se resolva normalmente, solicitando que fique registado em ata a exigência de serem colocados em local próprio os dois placards. -----

----- Seguidamente disse que a rotunda está mais bonita e solicitou que ficasse uma nota para memória futura relativamente às bandeiras. Referiu que inicialmente a colocação das mesmas seria apenas para alguns acontecimentos em representação de todo o coletivo e que a sua permanência deveria considerada em elogio às catorze freguesias existentes e que correm o risco de após as eleições serem apenas dez, reforçando que deveria até ser colocada uma lápide em pedra em homenagem às mesmas, às pessoas ao conteúdo, àqueles que lutaram para que as mesmas existissem. Informou ainda que o Movimento Freguesias Sim, inconformado, iniciou já um processo de restauração das freguesias. -----

----- Fez ainda nota da obra que em breve se verá dizendo que na Freguesia de Asseiceira existia um défice de água pública para os cidadãos e que agora apenas faltam duzentos metros para toda a freguesia se encontrar servida. Salientou que isso só foi possível graças à colaboração do executivo municipal com a cedência de tubagem à colaboração da Junta de Freguesia de Rio Maior com a disponibilização de máquinas através de um acordo de colaboração pelo interesse público, acertando as juntas a realização dos trabalhos em troca da construção de um parque que fica no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

limite entre as freguesias para servir os peregrinos que passam no concelho. Reforçou que havendo vontade, colaboração e engenho é possível fazer obra com sentido público e de serviço às populações, que corresponde àquilo que os governos têm vindo a destruir que é a realização de trabalhos por administração direta, fazendo mais, melhor e com menos custos. -----

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para manifestar o seu agrado e satisfação por finalmente ter desaparecido a rotunda do centro da cidade, que durante alguns anos envergonhou Rio Maior e os riomaiorenses, para dar lugar a um bonito espelho de água que tem merecido os mais rasgados elogios da população riomaiorense. Referiu que também o velho fontanário, que se julgava perdido, reapareceu para dar beleza ao local onde foi instalado e elogiou ainda outros melhoramentos que se espalham por toda a cidade. –

----- Afirmou que no entanto nem tudo está feito e muito haverá por fazer para que a cidade seja mais atrativa e neste sentido referiu os silvados, os matagais, os ervascais que proliferam um pouco por toda a cidade apelando ao executivo municipal que use todos os meios ao seu alcance para estas situações sejam resolvidas através da limpeza e desmatção. Considerou que, sendo a cidade cada vez mais visita, é muito importante que esses visitantes levem uma imagem de uma cidade limpa e ambientalmente harmonizada passando a mensagem que Rio Maior é uma cidade onde é bom viver, trabalhar e investir. -----

----- Deputado Luis Fernando Henriques Santos -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Salientou duas atividades que foram realizadas no concelho que são o “Domingo de Bom Verão”, que teve uma elevada adesão, mais de mil participantes, com percursos pedestres onde participaram mais de cento e quarenta pessoas, transformando-se numa atividade fundamental para a interação e entreajuda, contando também com a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Disse que, segundo o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, se tratou de uma intenção que constava do programa eleitoral e que foi concretizado com sucesso. Continuou dizendo que a outra atividade foi realizada no dia vinte e um de abril no jardim municipal intitulada “Freguesia com adrenalina” dinamizada num espaço nobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

com uma elevada adesão da população, mais de mil e quinhentas pessoas, e que foi considerada como inovadora trazendo desenvolvimento e dinamismo ao próprio concelho. Referiu ainda que esta atividade foi desenvolvida por vários parceiros, todos de Rio Maior e salientou que esta atividade foi acessível a toda a população e a toda a comunidade endereçando, por tudo isto, os parabéns à Junta de Freguesia de Rio Maior pelo sucesso alcançado. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que existem datas significativas em todas as sociedades organizadas que vão enriquecendo a história de cada povo e cingindo-nos ao nosso país em concreto, poder-se-ia dizer que quem não comemora o 25 de abril não respeita a liberdade conquistada e a democracia de que somos hoje os fieis depositários e está no seu legítimo direito, mas que só não está no seu legítimo direito quem faz uso de cargos, que a organização política democrática permite, pois é um desrespeito para os que neles votaram para que os representassem revelando no mínimo ingratidão, pois se hoje desempenham funções públicas devem-no aos valores que a data representa. Continuou dizendo que em Rio Maior, nas comemorações do 25 de abril, fizeram-se sentir a ausência de titulares de órgãos públicos e com a falta da atempada e plausível explicação das mesmas os riomaiorenses podem concluir uma de duas razões: ou como Mário Soares e Manuel Alegre e alguns militares de abril não compareceram como sinal de contestação às políticas deste Governo para Portugal e para os portugueses ou como um sinal de distanciamento relativamente aos valores de abril. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Endereçou os parabéns a todos quantos participaram nas Tasquinhas e a todos quantos permitiram a realização de mais um sucesso deste evento e principalmente a todos os voluntários que nele participaram. -----

----- Referiu que a Câmara Municipal promoveu no início do mês, em conjunto com a Nersant, uma sessão de esclarecimentos sobre as diversas ferramentas de financiamento de projetos para empreendedores que foi bastante participada e que antecipa a entrada em funcionamento do Centro de Negócios de Rio Maior prometido pela Presidente da Câmara para o próximo dia dezasseis de maio. Deu os parabéns à Câmara pela iniciativa e disse que pena tem que outros partidos com acento nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

casa, que usam as suas redes sociais e blogs para denegrir a imagem do executivo sempre que podem, não as tenham usado para publicitar uma iniciativa municipal pela qual sempre lutaram. -----

----- Lamentou o comportamento do representante do Partido Socialista nas comemorações do 25 de abril, dizendo que estas cerimónias devem ser usadas para lembrar o conjunto de militares que foram responsáveis pelo fim da ditadura e simultaneamente incentivar a participação popular no processo de aquisição política. Afirmou que usar o cenário das comemorações de abril para insinuações, politiquices e deliberadas manifestações de campanha eleitoral autárquica parece indigno de um membro desta assembleia eleito para defender os interesses do povo e não os próprios interesses. Continuou dizendo que é legítimo que cada partido político manifeste, nestas comemorações, o seu descontentamento quanto ao rumo de um país, que faça alertas, como aliás outros partidos políticos com acento nesta casa o fizeram, mas considerou que já não será tão legítimo entrar pela afronta direta e pela injúria, que não se justifica que numa comemoração do 25 de abril se esqueça esta data memorável e antes se faça campanha eleitoral da pior que os partidos políticos possam fazer. Aproveitou ainda o momento para pedir a todos os partidos políticos e movimentos independentes para que a campanha que se aproxima se faça de forma ordeira, honesta, legítima e sã, com confronto de ideias, com concordância ou discordância dos rumos traçados, com apresentação de projetos em benefício dos riomaiorenses, mas que não se entre em campanha difamatória, desonesta e suja. Terminou dizendo que a bancada da Coligação Juntos pelo Futuro lamenta este comportamento do Deputado António Moreira, que certamente não reflete o sentimento generalizado dos membros do Partido Socialista e afirmou confiar que no devido momento os munícipes do concelho de Rio Maior endereçarão a resposta adequada ao Deputado António Moreira. Acrescentou que a bancada da Coligação está certa que a posição que o deputado tomou nas últimas comemorações do 25 de abril não define a posição do próprio Partido Socialista. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra à Presidente da Câmara para os esclarecimentos, fez duas notas em relação às duas intervenções em que foi pessoalmente mencionado, uma pelo Deputado Augusto Figueiredo (Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira) e outra pela Deputada Anabela Azenha. Quanto à primeira, referiu que a mesma visou mais o protocolo do que a ele próprio. Disse que, com simpatia, lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ofereceria um cravo mas, como todos sabem, não usa cravo vermelho na comemorações do 25 de abril, não porque não se reveja no 25 de Abril, mas sim porque não se revê no cravo por terem existido forças políticas que se apropriaram desse símbolo, o cravo, como sendo deles. -----

----- No que respeita à intervenção da Deputada Anabela Azenha pediu que não fossem feitas comparações entre ele próprio e o Doutor Mário Soares em circunstância nenhuma porque, em primeiro lugar, nunca disse que “mataram o rei D. Carlos por menos que isto”. Que o Doutor Mário Soares foi uma voz respeitada neste país, mas que com a idade perdeu o discernimento. Continuou pedindo que não fossem feitas comparações entre ele próprio e aqueles que voluntariamente se afastaram das comemorações do 25 de Abril. Que sempre esteve presente, exceto nas últimas comemorações, por razões de ordem profissional que atempadamente avisou. Disse crer que nas intervenções que efectuou nas comemorações onde esteve presente sempre fez apelos para que o 25 de abril permanecesse vivo nas gerações futuras, nomeadamente mediante a educação das classes vindouras e fez também apelos e propostas no sentido de que as comemorações do 25 de abril tivessem a participação das crianças das escolas do concelho no sentido de lhes incutir o sentido da liberdade e da responsabilidade. Por tudo isto afirmou não admitir ao Partido Socialista, à Deputada Anabela Azenha ou ao Deputado António Moreira, nem a ninguém, a mínima legitimidade para criticar a sua ausência, reafirmando que sempre esteve presente, que se revê no 25 de abril e na liberdade e que apenas não se revê na liberdade que alguns pretendem exclusiva deles. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções autorizando desde logo a que, sendo necessário, fosse dada a palavra aos restantes membros do executivo municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou lembrando que nas comemorações do 25 de abril de 2012 fez o compromisso de fazer umas comemorações diferentes, abertas à população e daí terem decorrido, este ano, em espaço aberto, no jardim municipal. Esclareceu de seguida que não esteve presente nas mesmas porque, estando ausente do país, houve um atraso que não permitiu que chegasse a tempo para as comemorações, mas que precavendo essa situação, no protocolo não ficou especificada a sua intervenção mas sim a do executivo municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Seguidamente referiu que concorda com os pontos abordados na intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Asseiceira, nomeadamente no que respeita a famílias que não eram servidas por água e que dentro de muito em breve passarão a ser. Acrescentou que o mesmo tem acontecido também em outras freguesias, como por exemplo Arrouquelas, que através da colaboração entre a Câmara e as juntas se tem conseguido ultrapassar muitas destas situações com encargos reduzidos para todas as partes e para benefício da população. -----

----- Acerca da estação de tratamento das Alcobertas informou que se trata de uma infraestrutura que estava sob a gestão da Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros, que agora esta passou para a gestão da Câmara Municipal, que por sua vez, através de protocolo, a passou para a Junta de Freguesia de Alcobertas e que o Vice- Presidente daria os esclarecimentos acerca do assunto em seguida. -----

----- Referindo-se à questão da loja do cidadão informou que a obra física foi da responsabilidade da Câmara e está concluída desde o dia quinze de agosto, com a entrega formal à Agencia da Modernização Administrativa, entidade que instala as lojas do cidadão, e segundo informação dada esta semana a entidade teve que iniciar uma empreitada para fazer a instalação da mesma, no rés-do-chão e no primeiro piso do edifício, para permitir que os vários serviços se instalem (Segurança Social, Registo Notarial, Câmara Municipal e outras ainda a serem definidas pela AMA). Informou ainda que a data prevista para entrar em funcionamento, pelo calendário da AMA, seria agosto de 2013. -----

----- Quanto à referência a Eugénia Lima disse que esta já tinha oferecido o acordeão feito pelo seu pai e que o executivo teve o cuidado de o colocar em lugar digno, nomeadamente no foyer do cineteatro e continuou dizendo que em termos do seu espólio profissional Eugénia Lima será livre de fazer o que entender com ele tendo a Câmara Municipal sempre se disponibilizado para acolher, designadamente no espaço destinado a museu no Espaço Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e sociais. ----

----- No que se refere ao primeiro piso do mercado municipal disse ser um espaço preparado para poder acolher exposições e propostas de realização de eventos temporários, sabendo porém que brevemente a Casa Senhorial irá sofrer obras e que esta poderá se um espaço onde temporariamente poderá ficar algum do material que está na primeira. Disse ainda que no que respeita às duas lojas disponíveis estas serão atribuídas em hasta pública e que até há data não foi demonstrado interesse efetivo na sua ocupação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que em relação aos espólios a Câmara Municipal está sempre disponível para dialogar com todos aqueles que os queiram entregar, mas que isso depende sempre dos próprios. Continuou afirmando que é o que acontece com o espólio de Eugénia Lima e que já há muitos anos se ouve que se encontra em negociações para entregar a uma instituição particular e que nunca manifestou interesse em entregá-lo à Câmara Municipal, a não ser as peças isoladas que tem entregado e às quais tem sido dado o devido destaque. Quanto ao espólio de António Feliciano disse não haver qualquer dúvida do grande valor e da grande coleção de que dispõe e que até à data não houve ainda qualquer oferta da sua parte à Câmara Municipal e que se o fizer a Câmara estará disponível para dialogar acerca das condições pelas quais um trabalho de uma vida inteira se reverta em valor para o concelho. Finalmente em relação ao espólio de Luciano Rodrigues ele estava arquivado em caixotes e tem estado, desde há já alguns meses, a ser tratado, digitalizando-o, para posteriormente se fazer um catálogo online disponibilizado para o acesso de todos. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse que em relação às bandeirolas existentes nas árvores este comportamento revela alguma falta de civismo por parte de quem as coloca tendo a Câmara Municipal começado por tentar sensibilizar com algumas ações de prevenção dirigidas às associações dando a conhecer as normas regulamentares aplicáveis a estas situações, o que se verificou como infrutífero até à data, passando assim a iniciar-se o processo sancionatório e a retirada dos mesmos. -----

----- Referiu que quanto aos placards foi enviado um e-mail/ofício para o Partido Comunista, que até hoje não obteve resposta, e que foi retirado um dos placards por perturbar a visibilidade dos condutores que se aproximavam da rotunda e que inclusive foi dito ao Deputado Augusto Figueiredo para o deslocar de forma a não perturbar a visibilidade. Reforçou que apenas foi retirado um dos placards e que o mesmo não continha qualquer publicidade de cariz político mas sim a apresentação de um DJ da atualidade e que se encontra nas instalações do estaleiro municipal. Acrescentou que não voltará a ser colocado até que o partido demonstre a sua vontade de o fazer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por prestar esclarecimentos acerca do projeto das margens da Ribeira de São Gregório dizendo que existe já o anteprojecto e que a obra terá início entretanto, podendo não ser para a totalidade já que o custo destes trabalhos é bastante elevado.

----- Esclareceu também que quanto à finalização das obras em curso serão colocadas umas floreiras em toda a zona envolvente e que os trabalhos se têm atrasado pela falta de pessoal e excesso de trabalho agendado. -----

----- No que se refere à estação de tratamento de efluentes pecuários informou que existe preocupação da Câmara Municipal de Rio Maior, da Junta de Freguesia de Alcobertas e o próprio Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, razão pela qual o ano passado se procedeu à limpeza de uma das lagoas e este ano se irá proceder à limpeza de outras. Acrescentou ainda que foi já feita a recuperação de todo o equipamento para se começar a produzir energia e que o impacto ambiental se encontra salvaguardado, como aconteceu durante anos com a ADSAICA, admitindo que mais terá que ser feito mas que até à data foi já desenvolvido trabalho positivo. ----

----- Referiu ainda que em relação à colaboração desenvolvida entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia disse que não se trata de uma situação única, já que a Câmara tem vindo a colaborar com todas as juntas não só através da doação de materiais mas também de equipamentos, sendo política que para além do previsto nos protocolos, sempre que necessário e possível, seja dada toda a colaboração. -----

----- Quanto ao Centro Escolar de Fráguas afirmou que se trata de uma obra prevista na carta educativa e que está a avançar e que será agora apresentado o novo cronograma físico e que em setembro a obra estará concluída. -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Pediu a palavra para dizer que é claro que só poderá ser dado aquilo que é nosso e se o quisermos, mas tudo envolve algum diálogo e disse saber que Eugénia Lima gostaria muito de ver os seus bens artísticos expostos ao serviço da população e que quanto a António Feliciano, a própria transmitiu ao executivo anterior, o desejo daquele em doar ao nosso concelho o seu património, e que já a este executivo fora igualmente transmitido e de forma direta pelo próprio que tinha esse desejo; concluiu que seria extraordinário que ficasse em boas mãos, bem conservado e aberto à comunidade. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Pediu a palavra para sugerir que o e-mail/ofício fosse lido e verificado quantos placards lá estão e que até ao dia doze, quando faz seis meses, possa ser repostos porque é assim que a lei diz e em face da lei os placards têm que voltar a colocados. –

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual da CPCJ – 2012** -----

----- **Desmor, EM, SA – Relatório e Contas 2012** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **PAEL – Execução dos Objetivos Previstos no Plano de Ajustamento Financeiro (PAF)** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Iniciou por sugerir que em relação ao relatório anual da CPCJ fossem incluídos dados de anos anteriores para que fosse possível fazer a comparação entre os anos e assim se ter uma perspetiva mais concreta e objetiva da evolução ao longo dos anos.--

----- Em relação à Desmor questionou que montante das receitas de 2012 foi proveniente da academia de futebol inglesa e disse que aparentemente falta uma informação relevante que deve ser dada à Assembleia como quem são as entidades que a Desmor presta serviço e quais são as receitas provenientes de entidades estrangeiras e de entidades nacionais. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da reunião sobre as explorações suínícolas com diversas entidades e se era possível obter uma informação mais objetiva sobre o conteúdo e decisões tomadas na mesma e ainda acerca da participação do executivo no encontro nacional dos Conselhos de Juventude, qual o conteúdo do mesmo, as posições defendidas e em que situação se encontra o Conselho da Juventude de Rio Maior. Pediu ainda esclarecimentos sobre a reunião efetuada com o diretor do Instituto Politécnico de Santarém, os temas abordados, o potencial que foi considerado e que colaboração ficou prevista entre o executivo e o instituto. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou dizendo que em relação ao relatório e contas 2012 da Desmor lhe agrada saber que esta empresa é já uma referência na área desportiva, com funções sociais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

e que contribui para a divulgação do concelho de Rio Maior. Afirmou que todos desejam que se transforme numa empresa auto sustentável para o que contribuirá, certamente, a boa gestão dos seus recursos e também a qualificação de todos os seus colaboradores, embora as reservas/dúvidas antes feitas quanto à vocação desportiva, quase como exclusiva, para Rio Maior. Disse ainda ter receio que com o natural crescimento parece já não haver espaço e que todos torcemos para a sua consolidação e continuidade. -----

----- Acerca do relatório apresentado referiu os rendimentos e ganhos, cf contrato programa, no valor de seiscentos e noventa e quatro mil e oitocentos euros que é um subsídio à exploração, a Câmara a dotar a Desmor, e nos gastos e perdas a eletricidade e a água; visto isso, questionou se seria possível saber-se qual é o gasto de electricidade e o gasto em água, separadamente, embora se saiba que quem suporta esses gastos é a Câmara Municipal já que a Desmor recebe o subsídio à exploração por ano e mais os duzentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte e oito euros e noventa e dois cêntimos, ou seja, a Câmara Municipal atribui à Desmor quase um milhão de euros. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Em relação à ao relatório da CPCJ manifestou a opinião que este é para técnicos e não para políticos e muito menos é acessível à maioria das pessoas e acrescentou que embora muito especificado, no concreto não existe análise comparativa e resume-se a fichas técnicas de trabalho, quando aquilo que mais interessava saber é se a desagregação familiar aumentou, se a disfuncionalidade das famílias contribuiu para o aumento da violência, de onde resulta a insegurança das crianças, ou seja, coisas com carácter objetivo, que certamente estarão no relatório, mas que para uma pessoa que não é técnica é difícil de ler. Reforçou que não chega o trabalho de registo de dados, é preciso extrapola-los para o cidadão comum e embora não consiga ter a noção se o aumento de casos é significativo disse achar que na nossa terra são muitas crianças sinalizadas, particularmente antes da idade escolar, que estão a ser intervencionadas e acompanhadas, o que merece reflexão. -----

----- Referindo ao relatório e contas da Desmor começou por dizer que a assembleia Municipal apenas tomar conhecimento é uma das pobreza que a legislação criou relativamente às empresas municipais e considerou que é mesmo um instrumento de fuga ao controlo democrático e social. Disse ainda se é para o controlo democrático e apenas se vai opinar, disse ser também, e considerou que este executivo teve esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

erro político, pela ausência da política executiva na área do desporto, isto é, confiou, e bem, na Desmor mas afirmou ver-se, enquanto eleito, impossibilitado de a criticar podendo apenas desenvolver uma teoria sobre o que se podia ou não ter feito. Reforçou que neste momento o desporto em Rio Maior é uma âncora do desenvolvimento e questionou como é que se vai potenciar isso. Continuou dizendo que a Desmor teve nos últimos tempos um novo percurso e que o seu receio é que os próximos tempos não sejam tão bons, lembrando que esta será a altura da Assembleia refletir em conjunto sobre a cidade do desporto, que considerou ter futuro com uma estratégia consolidada. -----

----- Quanto ao relatório da Desmor referiu que a água, a eletricidade e o gás têm um valor muito elevado e perguntou se não existiram projetos de melhoramento da eficácia e eficiência energética e quais os resultados desse investimento e as contrapartidas do mesmo. Questionou também a que correspondem os honorários e acerca da questão da academia inglesa e se esta tem a ver com o hotel, se é apenas uma conjuntura e o que se passou objectivamente e acrescentou que o executivo devia fazer um comunicado à população a explicar em concreto porque é que a academia se foi embora no dia trinta e um de março. -----

----- Perguntou em relação ao Comité Olímpico Português que protocolos existem e qual é o ponto da situação e em relação ao Sporting se este vai embora ou não. -----

----- Por fim deixou uma nota dizendo que em fevereiro, dia dezanove, a Câmara recebeu o movimento Ribatejo Freguesias Sim e na sequência disso solicitou um esclarecimento definitivo se será dado todo o apoio institucional às juntas de freguesia que o pediram, visto o prazo para a entrega das providências cautelares está a terminar. Continuou dizendo que foi, na altura, informado que o executivo concordou em dar esse apoio e agora questiona qual foi o apoio que a Câmara deu. Referiu que há um parecer pedido pelo executivo ao Gabinete Jurídico em que este diz que não seria possível apoiar as freguesias que quisessem interpor providência cautelar, ficando assim sem saber qual foi o apoio dado pela Câmara às freguesias e que foi noticiado na comunicação social regional. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Interveio para se referir à Desmor e deu os parabéns à equipa liderada que Dr. Carlos Coutinho que desde o final de 2009 mudou o rumo de uma empresa, a ter mantido os mesmos critérios de gestão de executivos anteriores, hoje estaria como muitas no país, já extinta. Afirmou que ao invés disse a Desmor consegue estar entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

as boas empresas municipais, graças a toda a equipa e à visão do executivo camarária de entregar a profissionais qualificados a gestão da mesma. -----

----- Relembrou que na sessão de Câmara em que o Dr. Carlos Coutinho foi nomeado administrador o Dr. Carlos Nazaré, vereador do Partido Socialista, fez uma declaração de voto secundada pelos restantes vereadores do mesmo partido acerca do seu voto contra considerando que a proposta encerrava um erro grosseiro e administrativo de natureza política prejudicial aos interesses do concelho de Rio Maior. Acrescentou que folgava em saber que na última sessão de Câmara os vereadores do Partido Socialista elogiaram o Dr. Carlos Coutinho e a sua equipa dizendo que ficou assim demonstrada a mais-valia da aposta de Rio Maior no desporto. -----

----- afirmou que esta é a grande diferença entre este executivo e os anteriores e que neste aspeto o executivo anterior prometeu tornar a Desmor uma empresa de referência e este executivo, que hoje lidera, foi o único capaz de o concretizar. Felicitou novamente a administração da Desmor e desejou que continuassem a ser capazes de internacionalizar cada vez mais a empresa, de aumentar o nível de receitas e de reduzir cada vez mais a sua dependência da autarquia, tornando-se geradores de recursos para o município e não sorvedores dos mesmos como no passado. Relembrou que nesta altura a Desmor esta com uma dependência da Câmara Municipal de cerca de trinta, trinta e cinco por cento, bem diferente de valores que anteriormente eram apresentados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que daria todos os esclarecimentos possíveis e que aqueles que não estivesse, neste momento, habilitada para o fazer seriam levados à administração da Desmor e depois prestados. Pediu desde logo que fosse também dada a palavra ao Vice- presidente e à vereadora Sara Fragoso para alguns dos esclarecimentos. -----

----- Quanto à apresentação do relatório da CPCJ informou que se trata de formulários próprios razão pela qual não existe um método de gráfico, ou outro, comparativo tornando a interpretação mais trabalhosa. -----

----- Informou também que a reunião acerca das explorações suinícolas foi realizada com várias entidades envolvidas no processo de licenciamento com o objetivo de se perceber efetivamente a situação. Continuou dizendo que foi elaborada uma ata e com as considerações de todas as entidades e o ponto de situação de cada uma das explorações e que se continua em contacto permanente para que se possa resolver a situação para benefício das populações e minimizar os impactos dessas explorações,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

informando que a maioria delas estão legalizadas aguardando fiscalização ou procedimentos das entidades. -----

----- Quanto às questões acerca da Desmor designadamente dos custos de água e eletricidade disse que iria fazer chegar por escrito esta informação aos deputados que a solicitaram e informou que existem algumas das instalações que os contadores ainda não estão isolados para poder apresentar um centro de custos perante cada uma das instalações e que o aumento de consumos tem também a ver com o aumento da frequência. Acrescentou que sobre a eficiência energética que os resultados práticos do investimento ainda não começaram a ser verdadeiramente sentidos, pelo atraso dos projetos de execução, mas que o efetivo benefício virá. -----

----- Sobre a situação da Academia/VSI disse ser público que o contrato existente era até maio e que a empresa entendeu que indo de férias em março não valeria a pena a deslocação de volta por tão curto tempo. Acrescentando ainda que, segundo os mesmos, a liga inglesa impõe agora que os clubes invistam diretamente na formação e que desta forma, sendo esse o negócio da VSI tiveram que redimensionar o seu negócio. Confirmou que era esta a empresa que estabeleceu contactos para a instalação do hotel mas que não houve qualquer desenvolvimento da situação com vista à sua concretização. -----

----- Relativamente ao Comité Olímpico de Portugal disse ter existido um protocolo que tinha já sido rescindido quando o executivo assumiu funções e que foi entretanto novamente realizado e que terminava no final de 2012 mas considerando que o Comandante Vicente Moura estaria como presidente até ao fim de março prolongou-se até final desse mês e agora com as eleições no comité continua a existir a disponibilidade para continuar o protocolo com a Desmor. -----

----- No que respeita ao Sporting disse ter-se tratado de um negócio até ao final da época e espera-se que possa continuar mas afirmou que se não continuarem terão que ser encontrados novos clientes. -----

----- Por fim esclareceu que em relação ao apoio institucional este foi deliberado, por unanimidade, em reunião de Câmara e acordado o texto que a Câmara Municipal prestaria apoio institucional às juntas de freguesia que assim o solicitassem. Afirmou que a Câmara Municipal acolheu este pedido e mesmo antes de pedir qualquer parecer jurídico o assunto foi levado a reunião de Câmara devido ao limite do prazo para apresentação das providências cautelares e só posteriormente se percebeu que não haveria, juridicamente, possibilidade de fazer apoio financeiro e que o apoio que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

poderia ser dado era só institucional. Disse ainda desconhecer o ponto de situação atual das providências cautelares. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Relativamente às questões colocadas acerca do relatório da CPCJ informou que se trata de um resumo daquele que é inserido numa plataforma disponibilizada pela plataforma da comissão nacional e concordou que em termos de dados para análise fica bastante aquém. Concordou que são realmente muitos os casos abertos mas realçou que todos os casos, todas as sinalizações, constituem casos abertos, e depois muitos deles, após análise são encerrados. Informou ainda que os casos podem ser encerrados e reabertos a qualquer altura. -----

----- Referindo-se à reunião que com o IPS disse julgar tratar-se de uma reunião realizada com o Dr. Pedro Sequeira que veio apresentar à Câmara Municipal a Unidade de Investigação Integrada, dizendo que se trata de uma unidade que foi constituída a nível do Instituto Politécnico de Santarém e que está a fazer a sua apresentação aos vários municípios fazendo propostas de colaboração nas mais diversas áreas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida para fazer uma pequena intervenção, a qual foi concedida. -----

----- **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** -----

----- Agradeceu por lhe ter sido concedida a palavra e na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse ter pedido a palavra apenas para esclarecer uma alusão às posições por si tomadas. Referindo-se à Intervenção da Deputada Carla Dias, que disse não contestar porque é verdade, esclareceu que existe uma ressalva a fazer que é o facto de não ter mudado de posição, que mantém, os assuntos tratados é que são diferentes. Mais disse que a declaração de voto referida corresponde ao momento em que o processo de nomeação foi à Câmara, processo esse com o qual não concordou, assim como não concordou com a dispensa de caução e como não concordou com o vencimento contratado. Referiu que outra situação são as contas apresentadas à Câmara, as quais reconhece o mérito e manifestou o seu regozijo pelos resultados obtidos. -----

----- Considerou que este esclarecimento seria necessário por se tratar da sua tomada de posição em assuntos completamente distintos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta -----

----- Em resposta à questão colocada relativamente ao segundo Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Juventude informou que as conclusões retiradas foram que os Concelhos Municipais de Juventude são órgãos que ainda se estão a implementar em alguns concelhos e que não é o facto de serem mais regulares ou menos que condiciona a participação destes, enquanto órgão, na vida das associações juvenis. -----

----- Relativamente ao Concelho Municipal de Juventude de Rio Maior informou que infelizmente este órgão ainda não conseguiu quórum nas diversas convocatórias que já foram efetuadas, mas que, não obstante esse facto, nunca os seus membros foram embora sem haver reunião entre os presentes. Considerou que tem sido bastante complicado encontrar uma forma para que as pessoas exerçam a cidadania de uma forma mais ativa e de forma a haver mais responsabilização. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Relativamente ao que saiu na comunicação social, mais concretamente no “O Mirante”, disse ter tido oportunidade de esclarecer o jornalista que tinha havido algum engano de leitura porque uma coisa foi aquilo que foi aprovado e outra coisa aquilo que o mesmo quis ler e esclareceu que em deliberação nenhuma constou a indicação que seria dado apoio financeiro. -----

----- No que se refere à eficiência energética disse que se trata de um processo que neste momento começa a ter os seus proveitos, havendo já uma redução quer no consumo de energia elétrica quer no consumo de gás em cerca de cinquenta por cento desde setembro de 2012. Mais disse que os consumos agora ainda exagerados de gás e água, nas contas de 2013 a serem aprovadas em 2014, já diminuído drasticamente. -----

----- Acerca da reunião havida sobre as explorações suinícolas disse que a Câmara Municipal de Rio Maior não aprovou até à data nenhuma legalização de obras e salientou que apenas é da sua responsabilidade a emissão da licença de construção e que toda a parte que se relaciona com o efetivo de animais, as condições e os efluentes é da competência de outras entidades. Disse também que a Câmara para eventualmente poder vir a violar o PDM, como é afirmado, teria que ter aceite e procedido à legalização das instalações, coisa que não aconteceu. Terminou o assunto dizendo que esta reunião veio simplesmente reforçar que a Câmara Municipal não violou o Plano Diretor Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Pede a palavra apenas para referir que em relação à situação das explorações suinícolas se basearam em documentos oficiais da Câmara Municipal onde constava que a construção da suinicultura em Póvoas violava o PDM. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Designação de representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES** -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto, conforme documentos disponibilizados e abriu as inscrições para apresentação de propostas a serem colocadas a votação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- Apresentou como proposta o nome de Deputado Municipal Vítor António Duarte Santos, Justificando que face à importância da representação neste conselho e à importância do momento que o nosso concelho vive relativamente às questões da saúde, urge indicar uma pessoa que seja conhecedora da situação e que tenha a lealdade que sempre tem demonstrado para com esta Assembleia, dando sempre conhecimento de todos os dados relativos à saúde pública. Disse ainda que se trata de alguém que é acérrimo defensor da saúde pública como um direito e não como um negócio. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou como proposta o nome de Deputado Municipal Vítor António Duarte Santos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou como proposta, à semelhança dos antecessores, o nome do Deputado Municipal Vítor António Duarte Santos, por entender que sendo médico de profissão e membro desta Assembleia preenche todos os requisitos desejáveis. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Subscreeveu com o nome proposto pelos grupos municipais antecessores. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Indicou que a bancada do Partido Socialista acompanha a proposta feita. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Informou que existe apenas uma lista, designada como Lista A, com a indicação do Deputado Vítor António Duarte Santos e configura uma proposta de todos os grupos municipais. -----

----- Efectuada a votação por sufrágio secreto e recolhidos os votos a **Lista A foi aprovada por unanimidade dos presentes** com 29 votos a favor (anexo 4). -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Pediu a palavra para confirmar que aceita a confiança que a Assembleia deposita na sua pessoa e acrescentou que gostaria que tivéssemos um Governo com tanta unanimidade como ele teve. Agradeceu mais uma vez a confiança que nele foi depositada mas preveniu que não sabe se será capaz de defender os interesses junto do ACES principalmente para o concelho de Rio Maior e acrescentou que como é do conhecimento de todos o ACES é um agrupamento dos centros de saúde, que era constituído por cinco centros de saúde e neste momento, com a última reforma, passou a nove. Disse ainda que pessoalmente é contra esta reforma imposta porque entende que os centros de saúde agora compostos por unidades funcionais não têm qualquer representante a nível concelhio na defesa dos seus interesses, a não ser, neste momento, o representante da Assembleia junto do ACES. Continuou dizendo que infelizmente os cuidados primários são os parentes pobres da medicina e no nosso centro de saúde, como tem várias unidades a funcionar, prevê que cerca de um terço da população vá ficar sem médico de família, e embora se esteja a tentar preencher a falta de médicos com empresas prestadoras de serviços é sabido que estes profissionais só vão quando têm disponibilidade. -----

----- **Ponto II – Contrato Comodato entre o Município de Rio Maior e a Desmor, EM, SA – Proposta** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relacionando este ponto com o relatório e contas antes apresentado e retomando a situação dos gastos relacionados com água e eletricidade disse, após ler o contrato comodato, deter-se na cláusula 5º, ponto 2 onde é dito que os custos referentes ao consumo de eletricidade e água continuarão a ser assumidos pelo município até que a Desmor, com base no contrato, obtenha em seu nome, junto dos fornecedores, os respetivos serviços. Perguntou, por isso, se será boa gestão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

município continuar a pagar e a suportar os consumos de uma empresa que pretende ser autónoma e se considera tal situação exigência para boa gestão dos dinheiros públicos. -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção, não obstante ter valorizado e ter considerado a importância e o desvelo com que tem sido feita a administração desta empresa. -----

----- Sugeriu ainda o acréscimo a este ponto de que estes contratos fossem realizados num prazo de trinta, sessenta, noventa dias para que, junto dos respetivos fornecedores, se pudesse formalizar a autonomia destes consumos e a empresa se autonomizasse, com recurso aos meios e os gastos não onerassem as contas da Câmara Municipal. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Referiu que este contrato comodato é, face ao contexto, uma formalidade que tem que ser feita mas questionou com que sentido é que é referido, na informação constante do documento, que poderá vir a ser equacionada a alienação dos imóveis à empresa. Disse que gostaria que fosse clarificado qual a finalidade desta consideração referida no documento. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- Acerca do assunto disse haver algumas coisas que não entende e questionou se a Desmor não funcionou até ao momento sem o pavilhão multiusos e que agora que saiu de lá a Escola Superior de Desporto de Rio Maior qual será a atividade desportiva que se irá lá praticar. Questionou ainda até onde vai o contrato comodato, referindo que poderá vir a ser equacionada a alienação dos imóveis à empresa, que é detida exclusivamente pelo município, ou a sua integração no capital social da mesma. -----

----- Concluiu então que quem vai passar a administrar o pavilhão multiusos é a Desmor e questionou como é que se vão desenrolar os eventos como as Tasquinhas.

----- Salientou que a Câmara está a colocar dois e setecentos e noventa euros por dia na Desmor e disse precisar saber exatamente a que é que corresponde este alargamento do objeto do contrato comodato abrangendo o pavilhão multiusos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que no ano dois mil, quando a empresa foi constituída, foi feito um contrato comodato em que passava para a Desmor a gestão dos equipamentos desportivos, à exceção do pavilhão multiusos. Continuou dizendo que para se poder regularizar os contratos com as empresas fornecedoras existe a necessidade de haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

um contrato e que as despesas que estão a ser, neste momento, assumidas pelo município são-no porque não existem os contratos de fornecimento com a Desmor. ----

----- Disse ainda que a gestão daquele espaço, à exceção do espaço onde estava a Escola Superior de Desporto, já era feita pela Desmor e os funcionários da Desmor são as pessoas que estão no espaço do pavilhão multiusos. Reforçou que o que se está a propor com este contrato comodato é que também seja a Desmor a gerir o espaço multiusos sabendo, porém, que todos os eventos e atividades que lá se desenvolvam e que sejam promovidos pela câmara irão continuar a acontecer como é natural, exemplificando com o espaço destinado à prática desportiva que sempre que havia um evento a própria Desmor fazia a preparação do espaço para a concretização dos mesmos. Afirmou mais uma vez que se trata apenas de passar a gestão do espaço do pavilhão multiusos para a Desmor. -----

----- Acrescentou que relativamente à política desportiva esta é inteiramente da responsabilidade do executivo municipal sabendo, porém, que a Desmor é uma empresa cem por cento municipal e que os seus administradores são nomeados pela própria Câmara Municipal, lembrou que e a decisão de centralizar na empresa municipal todos os serviços de desporto aliviou a Câmara Municipal de encargos financeiros e que todas as atividades constantes do plano de atividades do município são planeadas em conjunto e executadas pela Desmor, sempre em articulação entre os serviços e que as contas são também votadas em reunião de câmara. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 26 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções. -----

----- **Ponto III – Aditamento ao Contrato-Programa para o ano de 2013 celebrado entre o Município e a Desmor, EM,SA - Proposta** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- Referiu que esta exigência obriga a indicadores de eficácia relativamente aos equipamentos e era assim suposto que já incluiria o pavilhão multiusos, mas que aquilo que tentou saber e perceber foi qual a metodologia para indicadores de eficácia, ou seja, como se chegou aos valores indicados porque se não tem centros de custos como é que conseguem chegar a indicadores de eficácia. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse que a interferência do Tribunal de Contas e o facto de ter o visto prévio contribuir para uma maior transparência, eficácia, eficiência no funcionamento das instituições julga ser algo de positivo, tal como considera que a Assembleia Municipal deveria ter um acompanhamento mais efetivo do funcionamento da empresa municipal. -----

----- Disse ainda que a questão levantada no ponto anterior, acerca da alienação de património, não foi respondida. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Acerca cláusula do contrato comodato que prevê a eventual alienação de património disse que se trata apenas das situações que podem ficar previstas face à relação que existe com uma empresa cem por cento municipal incluindo, por exemplo, aumentar o capital social. -----

----- Quanto à questão colocada acerca do que esteve na base dos indicadores de eficácia esclareceu que se relaciona com um estudo elaborado pela Desmor acerca das questões colocadas pelo Tribunal de Contas e que constam dos ofícios que fará chegar ao Deputado Augusto Figueiredo (Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira). -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- Disse ter sido propositado o sentido em que foi colocada a questão, não tendo nada a ver com a Desmor mas sim com o facto de as empresas municipais a este calibre tirarem a possibilidade das assembleias exercerem plenamente os seus direitos. Acrescentou que a informação vai ser disponibilizada por deferência e porque vai ser pedido mas para além disso, quando se coloca a questão da prática da política entregue à Desmor, ou a outra empresa municipal, e disse que espera que não aconteça à Desmor o mesmo que aconteceu ao Depomor, porque estes caminhos são sempre de tornar externos os serviços, seguindo-se da privatização. Mais disse que hoje, como na Depomor em outras circunstâncias porque tinham outro tipo de parceiros, o município colocou três milhões de euros que lhes fugiram completamente, porque vendeu as ações e legalmente está tudo bem feito. Considerou, no entanto, que o problema é que a opção ideológica fez com que as assembleias municipais sejam figuras de estilo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que o que acabou de ser dito é verdade, pode ser preocupante, mas caberá sempre a esta assembleia, nem que seja por proposta, criar uma comissão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

para acompanhar estas empresas o que na sua perspetiva está perfeitamente dentro das competências desta assembleia dado tratar-se de uma questão de interesse municipal. Disse ainda que não se poderão queixar daquilo que é o quadro legal mas sim da eventual falta de iniciativa adequada a acompanhar aquilo que a própria lei lhes permite. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 27 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **Ponto IV – Empresa Nobre Alimentação, Lda. - Benefícios Fiscais e Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de bens imóveis (IMT) previstos no Código Fiscal de Investimento** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- Disse tratar-se de um bom momento porque solicitar isenção fiscal para criação de postos de trabalho é criar riqueza. No entanto solicitou esclarecimentos acerca da sede social da empresa, da duração do benefício e se numa situação comparativa a outras empresas que critério é que a Câmara vai utilizar, ou seja qual é a política fiscal de incentivos que a câmara vai utilizar para a fixação de empresas no concelho. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável mas deixou o alerta de que o município tem que ponderar rapidamente a declaração da sua política fiscal para a atração e fixação de empresas. -----

----- **Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse ficar agradado com uma situação destas porque representa bastante para o nosso concelho e que seria bom sinal de houvesse um pedido destes todas as assembleias. No entanto questionou também acerca da sede fiscal da empresa e disse julgar ser bastante benéfico se se conseguisse que o seu domicílio fiscal passasse a ser em Rio Maior, não só pelos postos de trabalho mas também pela derrama a longo prazo e acrescentou julgar ser até 2020 o incentivo agora pedido. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referiu que para além das questões que já foram levantadas e salientou que o executivo deveria ter a preocupação de ter uma estratégia integrada de benefícios fiscais para captar investimento para o concelho assim como também para as empresas já existentes, em particular as pequena e microempresas, e não estar à espera que alguém venha requerer esses benefícios. Acrescentou ainda que crê que uma multinacional jamais colocará a sede em Rio Maior a não ser que aconteça uma transformação radical do contexto em que estamos inseridos. Mais disse que é evidente que as empresas é que planeiam e definem os postos de trabalho, consoante a legislação em vigor, e isso leva à precaridade e que gostaria que o executivo tudo fizesse para a empresa assumir de facto a criação de postos de trabalho, já que quanto à precaridade nada pode fazer. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse que nos anos sessenta Rio Maior assistiu a um fértil crescimento e desenvolvimento consequência de fatores ainda pouco apurados e estudados mas que valeria a pena fazer-se. Continuou dizendo que a Indústrias Carnes Nobre surgiu como grande empregador, cresceu e estendeu-se para fora do concelho, até que a sua sede deixou de ser em Rio Maior para se instalar em Sintra que recebe a derrama. No entanto, afirmou que é bom que a Nobre ainda esteja em Rio Maior e que agora deseje aqui expandir a sua atividade. -----

----- Passando ao assunto em causa fez notar que em 2012, em altura própria, tinha apresentado já, em recomendação, que fosse concedida isenção deste imposto nas aquisições, por parte de empresas, de prédios afetos duradouramente às respetivas atividades económicas como meio de atrair mais investimento no concelho. -----

----- Sobre esse e no momento presente, questionou se se estava em condições financeiras favoráveis para a total concessão do pretendido e se a dinamização e a criação de postos de trabalho, que são um benefício, não vêm colocar a questão dos direitos de igualdade perante a lei. Propôs para o IMI uma redução desse imposto com um período de carência e para o IMT, seria coerente a isenção total como anteriormente fez em recomendação, mas a parcial não estaria muito mal para uma empresa desta grandeza. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Interveio para dizer que é obrigação de todos os municípios, Rio Maior não pode fugir a esta regra, apoiar por todos os meios as empresas fixadas e a fixar e mencionou que só com empresas é que se pode fixar postos de trabalho e criar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

emprego devendo. Referiu ainda que no que diz respeito à domiciliação fiscal era algo que gostaria de voltar a ver por esta empresa, que sempre aqui o teve, e considerou que com algum trabalho e alguma arte talvez se conseguisse que isso acontecesse. ---

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado António Jorge da Silva Madeira** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e salientou que dar isenção de IMI e IMT a prédios para aumentar o equipamento de produção e o desenvolvimento da atividade é um incentivo aceitável. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que segundo informação dos Serviços de Finanças tal como anualmente se determina a taxa do IMI esta isenção é também atribuída anualmente.--

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Solicito que a minha intervenção seja considerada uma declaração de voto.” ----

----- **Ponto V – 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos a favor quase sem discussão porque isto é muito bom sinal. Mesmo não estando no plano ainda ter capacidade para fazer, tomáramos nós que na próxima de junho venham mais dez destas. Votamos sempre a favor.” -----

----- **Ponto VI – Documentos de Prestação e Consolidação de Contas – 2012** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente ao ponto em discussão lembrou que aquando a discussão das Grandes Opções do Plano foi aprovado o documento em ambiente de boa-fé e acreditando nas boas intenções do mesmo; todavia considerou que no presente ano foram empreendidas algumas intervenções de fachada em relação a outras situações prioritárias e de fundo que poderiam e deveriam ser igualmente satisfeitas com a exclusiva preocupação de qualidade a favor dos munícipes. -----

----- Solicitou esclarecimentos quanto à dívida de quarenta e três mil seiscentos e sessenta e cinco euros à Augusto Mateus e Associados, relativamente ao Plano Estratégico de Rio Maior, e se haverá retorno desse investimento feito e da dívida ainda por saldar, assim como a dívida de duzentos mil seiscentos e trinta e três euros e setenta e dois cêntimos à empresa Matos e Neves. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Questionou acerca do aumento de noventa por cento de derrama no ano de 2012 e ainda acerca da execução das atividades mais relevantes que indica uma percentagem de execução na área da ação social de apenas dezanove por cento. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Iniciou por referir como positivo a redução da dívida, uma parte imposta por lei outra por opção política, mas que apresenta um significativo peso relativamente à forma como atualmente a carga da dívida e dos seus juros pode influenciar a gestão do município. Notou que não está ainda no plano ideal mas regista com agrado essa intenção e essa prática. Referiu como outro aspecto positivo a excelência do trabalho e deixou o pedido que havendo possibilidade um documento desta extensão seja entregue com mais alguma antecedência para além do tempo legalmente disposto porque considera que vale a pena uma análise mais profunda. Registou também com agrado a leitura integral do texto introdutório do documento na apresentação do mesmo pela Presidente da Câmara. -----

----- Solicitou em seguida explicações acerca do grau de execução das Grandes Opções do Plano de cinquenta e oito por cento e das razões para essa baixa percentagem de concretização. Salientou que a concretização ao nível das receitas foi elevado, setenta e três por cento, também devido ao orçamento ser baixo. Questionou também qual é objectivamente a taxa de endividamento do município já que dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

documentos se verifica uma queda acentuada mas não conseguiu identificar o ratio, que considera um elemento estruturante. -----

----- Por fim perguntou concretamente quanto é que o governo central retirou ao governo local e como é que os cortes da administração central que se fizeram se reflectiu aqui e ainda quantos trabalhadores paga a Câmara Municipal com a aceitação da transferência de pessoal na área da educação. -----

----- Terminou dizendo que dá a ideia que falta política ao documento porque de facto existem condicionamentos às autarquias locais, pelo governo central, que não vêm espelhadas no documento e que originam constrangimentos e a baixa execução das Grande Opções do Plano. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Referiu que se trata da última prestação de contas deste mandato e disse ter alguma nostalgia porque se começou este ano a encerrar ciclos. Por isso salientou que não foram eleitos para pagar dívidas e sim para fazer o melhor possível na gestão dos órgãos que lhes foram confiados e é com agrado que vê que o executivo municipal conseguiu baixar a despesa do exercício em análise, conseguiu aumentar o investimento e conseguiu diminuir o endividamento total da Câmara Municipal. -----

----- Por fim desafiou a Presidente da Câmara Municipal a comunicar, a dizer aos riomaiorenses o que fez na Câmara Municipal porque provavelmente setenta ou oitenta por cento não o sabe e considerou que todos são co-responsáveis pelo bom trabalho e congratulou-se por esse mesmo trabalho. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Indicou o sentido de voto do Partido Socialista como abstenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Manifestou o agradecimento e reconhecimento do executivo municipal pelo empenho na elaboração e transparência da equipa técnica que trabalhou no documento. -----

----- Esclareceu que a percentagem aparentemente reduzida na área social se deve ao facto de o trabalho desenvolvido ser em rede, onde cada entidade tem as suas próprias competências não se refletindo quantitativamente neste documento. -----

----- Quanto às dívidas das empresas Augusto Mateus e Associados e Matos e Neves esclareceu que a primeira é derivada de uma prestação de serviços já existente com o anterior executivo e que o valor em causa é financiado no âmbito do QREN assim como com a segunda que se encontra a realizar as algumas das obras em curso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Acrescentou ainda que com o valor que a Câmara Municipal recebeu do PAEL possivelmente os valores em dívida já estarão pagos ou serão pagos em breve. -----

----- Relativamente à percentagem de execução das Grande Opções do Plano disse que tem a ver com obras no âmbito do QREN, obras que derraparam no prazo e que estão agora a ser realizadas. -----

----- Informou que o endividamento total em 2012 era de vinte milhões e oitenta e três mil. -----

----- Pediu ao Presidente da Assembleia Municipal para dar a palavra ao Chefe da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património para os restantes esclarecimentos técnicos, que foi concedida. -----

----- **Chefe da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que uma grande parte da dívida foi já amortizada pelo PAEL incluindo a dívida à empresa Augusto Mateus e Associados e que me relação à derrama se verifica um aumento devido à subida de lucro de algumas empresas ou por eventuais recursos ou reclamações nas finanças que por vezes a cobrança desta receita transita para o ano seguinte. -----

----- Relativamente ao ratio do endividamento é de cinquenta e nove por cento e em relação à margem de endividamento de médio longo prazo é de um milhão quatrocentos e vinte e quatro mil, abaixo do limite. -----

----- Esclareceu ainda que o número de funcionários total é de duzentos cinquenta e cinco onde se incluem noventa e dois no âmbito das transferências na área da educação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 26 votos a favor e 3 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto vai no sentido de me congratular com este documento. Esta, de facto, é a razão de ser, como o Professor Figueiredo disse, de quem se dedica à vida pública mas de facto o resultado prático e claro do que é uma boa governação. Não posso deixar de referir que quem na quinta-feira ouviu as palavras do senhor Deputado António Moreira a falar, que este era o governo do PSD, era o governo de Relvas, era o governo de Isaura Morais, pois bem, senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Presidente, este é o governo de Isaura Morais. Parabéns por isso. As palavras foram injustas, foram desajustadas, foram desleais, palavras leva-as o vento e estas já foram.” -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhora Aida Francisco – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por pedir permissão para mostrar duas fotografias que refletem o teor a sua intervenção acerca de um assunto que já anteriormente veio a esta assembleia expor e que não considerou ter ficado esclarecida. -----

----- Insistiu que a sua intervenção é em defesa do ambiente e deu conhecimento da existência de que uma pequena árvore que foi plantada em frente ao Banif, que não tem a proteção que deveria, está constantemente a ser derrubada pelos automóveis que ali estacionam. Considerou ser da maior importância, para a sobrevivência da mesma, a colocação da dita proteção e que já por diversas vezes se tinha dirigido à Câmara sem que nada fosse feito sendo informada que no momento não disponha desses meios. -----

----- Seguidamente voltou a falar de uma das três palmeiras que estão na avenida da Farmácia Almeida com aproximadamente cem anos, e deu conta que uma delas irá cair, embora um técnico da Câmara Municipal afirme que a árvore não irá sofrer nada com o corte que foi feito para retirar a maior parte das raízes, o que em sua opinião revela alguma falta de conhecimento sobre a matéria. -----

----- Considerou ainda que na obra efetuada foi valorizado o trabalho do arquiteto autor do projeto mas ao mesmo tempo desrespeitado, tendo em conta que o próprio lhe disse que aquele buraco não era para ser feito naquele local mas sim na rua ao lado, lamentou a situação e pediu que não voltasse a acontecer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que se trata de uma situação que tem sido partilhada e conversada e informou que em relação às árvores que têm sido colocadas na Avenida Paulo VI os serviços tinham previsto colocar as proteções, foram colocadas e roubadas mas que voltará a ser colocada uma nova. -----

----- Relativamente à palmeira o assunto já tinha sido falado e disse esperar que a mesma não caia. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezoito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____